

Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir a eclesiologia de comunhão como forma de consideração do laicato e de sua importância na difusão e perenidade da Igreja.

Essa discussão perpassa a constituição do povo da Deus tratando como irmãos, em primeiro momento, todos aqueles que professam fé em Jesus. O avanço da reflexão faz com que os cristãos tendam a considerarem irmãos todos os seres humanos, em especial aqueles que sofrem.

Para discorrermos sobre o assunto faremos uso das considerações de teólogos como Tillard, José Comblin, Schmauss, Brighenti, entre outros. Também, como não poderia deixar de ser, a Palavra de Deus ilumina este texto que ainda conta com o auxílio de documentos do Concílio Vaticano II que está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo faremos uma abordagem conceitual de comunhão. Primeiro apresentaremos uma definição de comunhão fundamentada na Sagrada Escritura, em especial o Novo Testamento, tendo como base a oração de Jesus presente no evangelho segundo João. Em seguida, discorreremos acerca das considerações da Igreja, no Concílio Vaticano II, que nos conduzem a uma definição de comunhão, tendo como fundamentação documentos conciliares, tais como: *Lumen Gentium*, *Unitatis Redintegratio*, *Gaudium et Spes* e *Dei Verbum*. Nessa abordagem veremos como através do Concílio, a Igreja apresenta a si mesma como fruto da vontade do Pai, realizada no Filho, com a força do Espírito Santo. Em suma, o próprio nascimento da Igreja, “nossa mãe comum”¹, ocorre sob o signo da unidade trinitária.

No segundo capítulo discorreremos sobre a presença do laicato na Igreja e de seu protagonismo, sobretudo após o Concílio Vaticano II. Neste capítulo encontraremos considerações de José Comblin, Libânio e de outros teólogos.

O terceiro capítulo traz uma abordagem prática da presença dos leigos na Igreja através da ação pastoral. Onde o laicato se apresenta como sujeito no

¹ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Lv.1, cap. XI, p. 49.

processo de transformação social apoiado e auxiliado pelos ministros institucionais da Igreja. A realidade é o campo de ação por excelência daqueles que acreditam que o Evangelho pode salvar vidas e transformar situações adversas em bem estar comum e esperança. Isso começa com a missão da Igreja segundo o mandamento de Jesus contido no Evangelho segundo Mateus 28,19. Ir pelo mundo anunciando a Boa Nova implica necessariamente em promover uma maneira diferente de considerar a realidade e as relações que nela existem, visto que esta atitude lida com consciências, o que por sua vez permite decisões de acordo com os princípios propostos pelo Redentor. O ser humano não está no mundo para sofrer carências no que tange àquilo que é fundamental para sua vida e subsistência e através de agentes pastorais, sobretudo leigos, a Boa Nova se torna um estímulo para que os sofredores sejam, primeiro, assistidos em suas necessidades, e depois aprendam que não precisam sofrer carências que ponham em risco sua subsistência. Assim, é possível implementar ações que resgatem ou desenvolvam a dignidade.

Finalmente faremos no quarto capítulo um estudo de caso numa realidade sofrida localizado no Bairro Jardim Gramacho em Duque de Caxias na baixada fluminense.

Em resumo, a eclesiologia de comunhão nos ajudará a perceber que a Igreja está aberta ao diálogo e ao acolhimento indistinto de todas as pessoas com vistas a um mundo mais fraterno e justo.